

# COM AS PRÓPRIAS MÃOS: JUSTIÇA POPULAR, CAMPONESES E COMUNISTAS NO CEARÁ (1947-1953).

XXXVII Encontro de Iniciação Científica

Keyla Mesquita Marques, Frederico de Castro Neves

Com a abertura política decorrente da queda do Estado Novo (1945) e a consequente legalização de seu Partido, os comunistas puderam finalmente realizar suas atividades de propaganda e agitação política sem impedimentos legais. No Ceará, esse momento significou um investimento constante na região norte do estado, em torno de Camocim, onde os comunistas já possuíam uma base de atuação com relativa solidez entre portuários e outros sindicatos de trabalhadores, desde 1930. Entretanto, outras cidades também receberam essa atenção, na busca de ampliar as bases de atuação comunista e a difusão de seus princípios revolucionários. Uma dessas cidades foi Itapajé. Com alguns militantes bastante ativos, a cidade logo passou a ser objeto de atenção do jornal *O Democrata*, que, com suas denúncias e reportagens, revelava tensões, conflitos e negociações, envolvendo políticos e religiosos locais. Um especial interesse do jornal revelava um investimento caro aos comunistas naquele momento: as lutas em torno da terra e da água. O contato dos camponeses-retirantes com um militante comunista pode ser interpretado, portanto, como uma resposta ao apoio demonstrado pelo partido às ações e às demandas dos camponeses na região. Houve, dessa forma, um diálogo entre camponeses e comunistas que se expressava em apoio político às lutas locais e a procura por uma interação política entre ações diretas dos retirantes e protestos dos comunistas. A pesquisa em jornais do Ceará (*O Democrata*) e Rio de Janeiro (*A Voz Operária*), além do processo de que foi réu José Ferreira de Melo, procura perceber essas conexões entre comunistas e camponeses, naquele contexto de repressão ao partido e de grande movimentação de retirantes na região meio-norte do Ceará.

Palavras-chave: Justiça Popular. Camponeses. Comunistas. Ceará.